



Comunicação COVID19
Ponto de situação 10 abril

Sexta, 10 de abril de 2020



INFECTADOS CONFIRMADOS

15.472 CASOS DE COVID-19



1516 CASOS DO QUE ONTEM

NÚMERO DE INFECTADOS SUBIU 10,86 %



ÓBITOS

435 VÍTIMAS MORTAIS



26 VÍTIMAS

NORTE- 240

CENTRO-107

LISBOA E VALE DO TEJO- 78

ALENTEJO-0

ALGARVE-8

AÇORES-2

MADEIRA-0



233 CASOS DE RECUPERAÇÃO

4.509 AGUARDAM RESULTADOS

123.564 CASOS SUSPEITOS DESDE 1 JAN.

1179 INTERNADOS/ 226 EM UCI

Atualidade

Eurogrupo chegou finalmente a acordo sobre a resposta financeira à crise pandémica.

António Costa pede reunião do Conselho Europeu “o quanto antes” para acordar resposta comum.

Comissão Europeia vai autorizar que países recapitalizem empresas como “último recurso”.

Rússia e Arábia Saudita concordam em reduzir a produção de petróleo em 10 milhões de barris por dia.

Coronavírus: Já existem 115 vacinas candidatas, cinco em ensaios clínicos.

A **indústria farmacêutica** alerta que a doença de Parkinson será uma pandemia em 2040, afetando cerca de 12 milhões de pessoas em todo o mundo.

EUA com 9 desempregados a cada segundo (16 milhões em 3 semanas).

Primeiro-ministro encontra-se na terça-feira com economistas para preparar um plano de retoma económica.



MANCHETES, DESTAQUES E PRIMEIRAS PÁGINAS DA IMPRENSA



Acordo no Eurogrupo liberta 500 mil milhões contra a crise. Só 250 mil alunos poderão ainda regressar às escolas. Governo admite estado de emergência até 15 de maio. Nova Telescola vai chamar-se #EstudoEmCasa e chega no dia 20. 61 das mortes em Portugal foram em lares. Só 18 pessoas foram julgadas por desobediência. Como o vírus paralisou a literatura. **(Online)**- Centeno anuncia acordo difícil para um “pacote económico sem precedentes”. Pais e professores satisfeitos com medidas de Costa, estudantes nem por isso.



(Online) - Covid-19. Europa de acordo liberta 500 mil milhões para ajuda. Cuidados intensivos. Portugal duplicou folga. Voltar à escola. Só o 11º ano e o 12º anos e com máscara. O impacto da queda de exportações para a China. Reunião do Eurogrupo termina com "aplausos" e 500 mil milhões. Telescola. O estúdio do "Preço Certo" passa a sala de aulas. Criminalidade geral cai a pique. Aumenta abandono de animais e fraude bancária.



Aulas regressam terça-feira - Ensino Básico na TV. 10º ano à distância. Pré-Escolar e Creches fechados. Dispensados professores e alunos de risco. Exames adiados e só para acesso ao superior. Todos parados na estrada. Porta aberta à liberdade de criminosos violentos. Novas regras no futebol. Parte do braço deixa de ser mão. **(Online)** PR salienta que indultos não se aplicam a presos por homicídio e pedofilia.



Pandemia corta metade das apostas no Euromilhões e nas raspadinhas. Polícia vigia deslocações com 35 mil agentes. Porto. Hotéis dispensam centenas de funcionários. Meia Culpa. Mandante do massacre morre sem confessar. PJ protege Rui Pinto das Máfias.



(Online) Eurogrupo chega a acordo: “Os cidadãos europeus esperavam uma resposta, e nós soubemos dar essa resposta”.



(Online) Eurogrupo chega a acordo de compromisso para pacote de meio bilião. Função Pública: subsídio para assistência a filho passa a ser igual ao salário líquido. Linhas de crédito alargadas a mais setores. Agricultura, construção e comércio abrangidos. Carta aberta de cientistas e médicos arrasa informação prestada pela DGS.



(Online)- Eurogrupo chega a acordo sobre resposta económica à pandemia. Subsídio por assistência a filhos vai ser pago 100% em toda a Função Pública. Estado pode emprestar 1,6 mil milhões a fundo perdido nas linhas de crédito. Covid-19. Governo pede autorização ao Parlamento para adiar apresentação do Programa de Estabilidade. Governo aprovou medidas para trabalhadores em lay-off. Podem trabalhar nas áreas da produção alimentar, apoio social, saúde, logística e distribuição.



264 mil portugueses estão em risco de desemprego devido à pandemia. Governo preparado para manter estado de emergência até 17 de maio. Reforma antecipada sem penalização em estudo para funcionários da TAP. Executivo

ultima propostas para apoiar os media, mas falta consenso no setor. **(Online)**- Eurogrupo já tem acordo para resposta económica ao surto do coronavírus.



(Online) - Fumo branco em Bruxelas: Há acordo, sem coronabonds.

VidaEconómica

Estado deve reduzir privilégios para viabilizar as empresas. Fernando Freire de Sousa, presidente da CCDR-N, afirma “Reconstrução económica será dura e difícil”. Linhas de crédito Covid-19 têm “spreads” até 3,3%.



(Online)- O meu filho vai voltar à escola? Vai ter de ir de máscara? Como é que vai entrar na universidade? O que vai acontecer em 48 respostas. Os números do Portugal que já parou. Trabalhadores em lay-off, em casa com os filhos ou de baixa. Os argumentos do parecer que recomendou à DGS o uso de máscaras para todos. Costa ainda não vê sopé, mas admite aulas em maio.



Pais de 960 mil crianças "forçados" a ficar em casa. Marcelo espera fim da emergência em maio. Lesões. Médicos preocupados com sequelas deixadas pela covid. Reabertura do comércio a próxima prioridade. Por cada morte com COVID-19 há três por explicar. Três mil voluntários querem ajudar nos lares de idosos. Material cedido à PJ não pode servir de prova. REVISTA A família morreu. Viva a família!
(Online) Covid-19: “Fique em casa, mas em França”: emigrantes sentem-se condenados a uma “dupla pena”. Covid-19. Após chuva de críticas de artistas, TV Fest foi cancelado. Covid-19.



Vamos todos ter de usar máscara. Como 4 irmãos lidam com a pandemia em 4 países. Tortura no aeroporto. AR vai apertar malha da fiscalização ao

SEF. Rui Pinto fica a viver num T1 na nova sede da Judiciária. **(Online)**- Eurogrupo aprova pacote de 500 mil milhões de euros para responder à pandemia.



(Online)- Governo decide retirar o Hospital da Cruz Vermelha da rede COVID. Alunos escolhem exames nacionais; Dia mais negro na Alemanha.

SÁBADO

(Online). Coronavírus: DGS vai rever regras para partos e amamentação. Há recibos verdes a viver como sem-abrigo. Nesta Páscoa os sinos tocam para uma aldeia fechada em casa.

VISÃO

(Online)- Covid-19: E, afinal, as crianças devem usar máscara?



Alunos dos 11.º e 12.º poderão escolher exames nacionais que querem fazer. Acordo, "aplausos" e 500 mil milhões. O que saiu da reunião do Eurogrupo. Magalhães 2.0? O "compromisso" de Costa que promete computador e net aos alunos. Quanto custam e onde se fazem os testes da "provável" imunidade à Covid-19? Portugal tem mais doentes Covid-19 per capita do que o Reino Unido e a França.



Distribuir bens em estado de emergência. “Limpa-nos a alma saber que ajudamos as pessoas”. “Há uma diminuição do sistema imunitário das famílias em relação à pobreza”, Carlos Farinha Rodrigues, uma referência nacional na área do estudo de desigualdades. Ensaios clínicos com plasma de doentes curados arrancam "muito em breve". Portugal e outros nove países da UE pedem "pacto verde" para orientar combate à Covid-19.



Eurogrupo alcança acordo.



Eurogrupo chega a acordo inédito para enfrentar a pandemia. Atingir o pico da pandemia é bom ou mau? António Costa pede desculpa pelo aperto de mão ao ministro da Educação



Ministro com "muitas incertezas" sobre regresso às aulas presenciais a 4 de maio. COVID-19 Von der Leyen saúda Eurogrupo e Centeno por "acordo crucial" para crise.

A PANDEMIA NA EUROPA E NO RESTO DO MUNDO

- A pandemia do novo coronavírus já matou 96.340 pessoas em todo o **Mundo**.
- **Espanha** regista 605 mortes num dia, o número mais baixo desde 24 de março.
- **Itália** ultrapassa as 18 mil mortes, novos contágios voltam a subir.
- **França** ultrapassa 12.000 mortos.
- **Alemanha** ultrapassa 5 mil novos casos diagnosticados num só dia.
- **Reino Unido** regista mais 881 mortes e total soma 7.978.
- **Bélgica** ultrapassa barreira das 3.000 mortes.
- **EUA** registam 1.783 mortes em 24 horas, o número total é agora de 16.478, o segundo país com maior número de mortes desde que o surto começou sendo só superado pela Itália.
- **Brasil** regista 141 mortos e 1.930 infetados nas últimas 24 horas
- **China** regista 42 novos casos.



FRASES DO DIA

"Seria um sinal errado para o País retirar o Estado de Emergência", António Costa, PM

"A possibilidade de indulto especial previsto na Lei da Assembleia da República aprovada esta quarta-feira, não se aplica a homicidas e pedófilos.", Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República.

"É a pior crise que vimos desde a Grande Depressão e requer ações extraordinárias da parte de todos, incluindo de organizações internacionais como do FMI", Kristalina Georgieva, diretora-geral do FMI.

"Estamos a usar poderes numa escala sem precedentes. A recuperação será rápida", Jerome Powell, presidente da Reserva Federal norte-americana.

"Estou disponível para viabilizar um orçamento suplementar, mas não estou a dizer que iremos aprovar tudo o que for apresentado, precisamos mesmo que o Estado tenha um papel muito, muito forte", Rui Rio, Presidente do PSD.

"Governo podia ir mais longe ao usar os poderes do estado de emergência", Catarina Martins, Coordenadora do Bloco de Esquerda

"É o que veremos depois de ultrapassado o coronavírus: se o mundo a que voltaremos será o de antes, que nos moldou como somos, ou se será um novo mundo, habitado por pessoas que talvez não reconhecamos de saída e custaremos a perceber como são - nós mesmos.", Ruy Castro, Jornalista e escritor brasileiro.

"O vírus irá parar quando houver imunidade da população", Tomás Pumarola, Chefe do Serviço de Microbiologia do Hospital Vall D'Hebron em Barcelona.



O QUE DIZ O ACORDO DO EUROGRUPO? HÁ TRÊS REDES DE SEGURANÇA

O presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, estava otimista que haveria uma resposta económica à pandemia e o acordo possível chegou esta quinta-feira após mais de 14 horas de negociação. **São criadas três proteções ou redes de segurança na linguagem de Bruxelas, para os trabalhadores (SURE), as empresas (BEI) e os Estados (MEE).**

COMO É QUE OS ESTADOS VÃO SER AJUDADOS?

Após ter sido criado na sequência da crise das dívidas soberanas, o **Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE)** vai agora ser usado. Os ministros das Finanças concordavam todos no seu uso, mas tinham divergências sobre as condições em que esses empréstimos podem ser dados. O acordo passa por usar a linha de crédito de precaução (ECCL, na sigla inglesa) “ajustada à luz deste particular desafio”, com juros baixos, como uma proteção para os Estados-membros da Zona Euro que são afetados por este choque externo.

E as condições? Tanto no comunicado como na conferência de imprensa, o presidente do Eurogrupo repetiu a expressão: “O único requisito para ter acesso a esta linha de crédito é que os Estados-membros da Zona Euro que peçam este apoio têm de comprometer-se a usar esta linha de crédito para financiar, a nível nacional, os custos diretos e indiretos relacionados com os cuidados de saúde, a cura e a prevenção relacionada com a crise covid-19”. Na conferência de imprensa, o presidente do Eurogrupo fez questão de dizer que esta “não é uma definição apertada”, abrindo a porta a diferentes interpretações sobre para que fins este dinheiro poderá ir.

Além disso, os Governos têm de comprometer-se que vão “reforçar” as suas condições económicas e financeiras em linha com o que é exigido pelas regras

européias, mas contando com a “flexibilidade aplicada” pela Comissão Europeia. Centeno desvalorizou esta condição, argumentando que se os países estão sustentáveis antes da crise — e esta é temporária — também o vão estar quando a pandemia passar. “Todos os países devem fazer todos os esforços para recuperar o caminho da sustentabilidade”, disse.

O apoio da linha de crédito tem de ser aprovado pelo MEE com base na avaliação feita pelos técnicos da Comissão Europeia, em conjunto com o Banco Central Europeu (BCE). No entanto, não há referência a linha de crédito dedicada ao apoio económico que os Estados terão de dar, tal como por exemplo nas medidas de lay-off. Segundo o ministro das Finanças holandês, Wopke Hoekstra, as linhas de crédito do MEE vão ajudar os países “sem condições para as despesas de saúde”, mas o apoio económico terá condições: “Também irá estar disponível ajuda económica, mas com condições“, faltando saber quais são estas condições.

O dinheiro disponível para os países será até 2% do PIB de cada Estado-membro, o que resultará num total de 240 mil milhões de euros. Segundo Mário Centeno, o apoio deve estar pronto “dentro de duas semanas” e estará disponível até à crise pandémica acabar. O principal objetivo desta linha de crédito será evitar uma repetição da crise das dívidas soberanas assim que a dívida pública dos países começar a disparar face à dimensão da queda do PIB e do aumento do défice. Contudo, este valor emprestado pelo MEE a juros baixos é visto por vários economistas como um valor pequeno para aquilo que pode vir a ser o impacto económico desta pandemia na Zona Euro.

QUAIS SÃO AS OUTRAS DUAS PROTEÇÕES?

Uma foi criada pela Comissão Europeia, chama-se **SURE** e o objetivo é ser uma camada adicional de proteção ao emprego que os Estados-membros terão à sua disposição. São 100 mil milhões de euros que este programa temporário vai ter à disposição dos países também através de empréstimos. “Estamos a trabalhar para que este instrumento fique operacional o mais rapidamente possível”, diz o comunicado, referindo que o processo legislativo começará em breve.

A outra proteção, que é dedicada às empresas, vem do **Banco Europeu de Investimento (BEI)**. A iniciativa do BEI passa pela criação de um fundo pan-europeu de garantias de 25 mil milhões de euros que deverá alavancar 200 mil milhões de euros de financiamento para as empresas europeias, com um especial foco na PME, através de bancos de fomento nacionais. O BEI deverá “operacional a sua proposta assim que possível” e colocá-la no terreno “sem atrasos”.

Fonte: ECO

AS PRIORIDADES E AS RESPOSTAS DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL PARA A CRISE DA COVID-19 ENUNCIADAS POR KRISTALINA GEORGIEVA, DIRETRA-GERAL :

Primeiro, continuar com medidas essenciais de contenção e de apoio aos sistemas de saúde. Alguns dizem que há uma troca entre salvar vidas e salvar meios de subsistência. Eu digo que é um falso dilema. Dado que se trata de uma crise pandémica, derrotar o vírus e defender a saúde das pessoas são necessários para a recuperação económica. Portanto, a mensagem é clara: priorizem os gastos em saúde para testes e equipamentos médicos; pagar médicos e enfermeiros; certifiquem-se de que os hospitais e clínicas improvisadas possam funcionar. Para muitos países - particularmente nos países emergentes e em desenvolvimento - isso significa realocar cuidadosamente recursos públicos limitados. Também

Covid-19: Contrair doença só "acontece aos outros" - inquérito

A maioria dos participantes num inquérito da Escola Nacional de Saúde Pública e da Universidade Nova considera que **o risco de contrair covid-19 é muito maior para a população em geral do que para eles, partilhando a ideia que “só acontece aos outros”**.

Dos resultados salienta-se que **35% dos inquiridos consideram que tem um risco baixo ou nulo de contrair covid-19, e que no entanto mais de 80% entendem que o risco para a saúde da população é elevado**.

Os resultados do barómetro indicam que quase metade dos inquiridos (44,4%) percecionam ter um risco moderado de contrair covid-19 e 21% consideram ter risco elevado.

Sónia Dias estranha, no entanto, que haja neste grupo de profissionais de maior risco 14,5% de pessoas que consideram ter um risco baixo ou nulo. “Pode haver pouca consciência do risco”, admite.

significa aumentar o fluxo de recursos para esses países. Isso inclui o fluxo de bens vitais: devemos minimizar as interrupções nas cadeias de distribuição de produtos e, com efeito imediato, abstermo-nos de controlos de exportação de produtos médicos e alimentos.

Segundo, proteger as pessoas e empresas afetadas com medidas fiscais e financeiras grandes, oportunas e direcionadas. Isso varia de acordo com as circunstâncias do país, mas inclui diferimentos de impostos, subsídios salariais e transferências de renda para os mais vulneráveis; extensão do seguro-desemprego e assistência social; e ajuste temporário de garantias de crédito e condições de empréstimo. Algumas dessas medidas foram tomadas na primeira onda de apoio a políticas. Muitos países já estão a trabalhar numa segunda onda. Linhas de vida para famílias e empresas são imperativas. Precisamos impedir que as pressões de liquidez se transformem em problemas de solvência e evitar uma destruição da economia que tornaria a recuperação muito mais difícil.

Terceiro, reduzir o stress do sistema financeiro e evitem o contágio. O próximo Relatório Global de Estabilidade Financeira analisará a gama de vulnerabilidades do setor financeiro. Os bancos acumularam mais capital e liquidez na última década e sua resiliência será testada nesse ambiente em rápida mudança. O sistema financeiro está a enfrentar pressões significativas e as facilidades de estímulo monetário e liquidez desempenham um papel indispensável. As taxas de juros foram reduzidas em muitos países. Os principais bancos centrais ativaram linhas de swap e criaram novas para reduzir o stress do mercado financeiro. Aumentar a liquidez para uma ampla gama de economias emergentes proporcionaria mais alívio. É importante ressaltar que isso também aumentaria a confiança.

Quarto, mesmo enquanto passarmos por esta fase de contenção, precisamos de planejar a recuperação. Novamente, devemos minimizar os possíveis efeitos assustadores da crise por meio de ações políticas agora. Isso requer uma consideração cuidadosa de quando diminuir gradualmente as restrições, com base em evidências claras de que a epidemia está a regredir. À medida que as medidas para

estabilizar a economia se firmarem e os negócios começarem a normalizar, precisaremos de avançar rapidamente para aumentar a procura. Um estímulo fiscal coordenado será essencial. Onde a inflação permanece baixa e bem ancorada, a política monetária deve permanecer acomodatória. Aqueles com maiores recursos e espaço para políticas precisarão fazer mais; outros, com recursos limitados, precisarão de mais apoio.

O FMI: Todas as mãos no convés

Isso leva-me ao papel do FMI.

Estamos trabalhando 24 horas por dia, sete dias por semana, para apoiar nossos países membros - com conselhos de políticas, assistência técnica e recursos financeiros:

- Temos US \$ 1 trilhão em capacidade de empréstimo e a colocamos ao serviço de nossos membros.

- Estamos a responder a um número sem precedentes de pedidos de financiamento de emergência - de mais de 90 países até agora. O nosso Conselho Executivo acaba de concordar em duplicar o acesso às nossas instalações de emergência, o que nos permitirá atender à procura esperada de cerca de US \$ 100 bilhões em financiamento. Os programas de empréstimos já foram aprovados em velocidade recorde - inclusive para a República do Quirguistão, Ruanda, Madagascar e Togo - e muitos outros se seguirão.

- Estamos a analisar o nosso kit de ferramentas para ver como podemos usar melhor as linhas de crédito de precaução para incentivar suporte adicional à liquidez, estabelecer uma linha de liquidez a curto prazo e ajudar a responder às necessidades de financiamento dos países por meio de outras opções, incluindo o uso de DSE. E onde não pudermos emprestar porque a dívida de um país é insustentável, procuraremos soluções que possam libertar financiamento crítico.

- Renovámos o nosso Fundo de Contenção e Alívio de Catástrofes para fornecer alívio imediato da dívida aos países de baixa renda afetados pela crise, criando assim espaço para gastar em necessidades urgentes de saúde, em vez de pagar a dívida. Agora estamos a trabalhar com doadores para aumentar o CCRT para US \$ 1,4 bilhão e prolongar a duração do alívio da dívida.

- E, juntamente com o Banco Mundial, estamos a pedir uma paralisação do serviço da dívida aos credores bilaterais oficiais dos países mais pobres do mundo.

Fonte: Página do Fundo Monetário Internacional

“HÁ UMA DIMINUIÇÃO DO SISTEMA IMUNITÁRIO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO À POBREZA”

Carlos Farinha Rodrigues, uma referência nacional na área do estudo de desigualdades, defende que não é com as receitas do passado que vamos resolver os problemas que o novo coronavírus vai trazer. Argumenta que a paragem necessária nas escolas, mesmo com todo o esforço, já está a exponenciar os efeitos da crise e os desequilíbrios sociais. E deixa um alerta: “Vamos ter uma curva na exclusão social que também temos de aplanar”.

O coronavírus está já a ter impacto nas desigualdades em Portugal? Se sim, quais são as áreas mais evidentes?

Estamos a verificar já um forte agravamento das condições sociais, principalmente daquelas populações em situação de maior vulnerabilidade. Como é que podemos ver isto? Obviamente a quebra dos rendimentos está já a ser, para muitas famílias, muito expressiva. O aumento do desemprego que também já é possível verificar, vai ter consequências muito profundas.

A lição que tirámos na última crise, é que o desemprego a partir de certos níveis tinha efeitos devastadores em termos das condições sociais e dos níveis de pobreza. Aí

claramente já estamos a detetar um conjunto muito forte de indícios que infelizmente se vão acentuar nos próximos dias. E não temos só a economia formal, temos a paralisação de muitos setores da economia informal – que era a forma de sustento de muitas destas pessoas.

Serão esses a sofrer mais?

Sim, essa economia informal que não é abrangida em larga medida pelos apoios que o Governo está a dar. Aí será o impacto maior.

Pode dar alguns exemplos?

Basta pensar em todos os pequenos comerciantes ambulantes, ou na comunidade cigana, para perceber que aí haverá consequências muito fortes resultantes desta paralisação. Há um outro dado que gostava de realçar que é a experiência que tirámos do ponto de vista social de crises com estas características – apesar de nenhuma ter a dimensão que esta é possível antecipar que irá ter. Mesmo num cenário em que vários setores da população são afetados, nem todos o são da mesma forma. A intensidade dos efeitos da crise será maior naqueles já eram particularmente vulneráveis. Apesar dos avanços positivos nos últimos quatro a cinco anos em termos de pobreza, continuamos a ter um tecido social muito vulnerável. Esses vão ser os primeiros a sentir o impacto desta crise.

Quem são?

Os indivíduos com uma fraca ligação ao mercado de trabalho, seja porque são trabalhadores informais, seja porque estão a prazo, seja porque têm contratos parciais, vemos que na forma de mitigar a crise através das medidas que o Governo está a ter, estes são os que terão mais dificuldade em beneficiar destas medidas. Não há nenhuma relação formal anterior que lhes permita aceder às medidas que o Governo tem proposto.

Não vamos ter um agravamento apenas das condições sociais e da pobreza que já é hoje óbvio, mas também das desigualdades que se manifestam a vários níveis, da

distribuição dos rendimentos, mas também na desigualdade de acesso aos serviços. O que está a acontecer no ensino é um agravamento das desigualdades. Temos tido devido ao esforço abnegado de escolas, professores, e do próprio ministério da Educação para tentar mitigar os efeitos da crise no ano letivo. Mas fazer isso pressupõe ter possibilidades materiais e familiares para o poder fazer. Quando pensamos que há milhares de crianças e jovens que não têm acesso à internet, nem a computadores pessoais, concluímos que são confrontados com uma situação desigual em termos de acesso.

(...)

Que medidas terão de se tomar?

Quando olhamos para as políticas públicas temos de dividi-las em dois períodos: o primeiro, é aquele em que estamos neste momento, que é uma situação de urgência, em que há que tentar minimizar ao máximo as situações de maior precaridade ao mesmo tempo que os esforços principais são canalizadas para o salvar vidas e para o Serviço Nacional de Saúde. Virá depois um período que tem já de começar a ser planeado, a ser pensado, em que temos de ter respostas de políticas públicas e dos atores sociais de forma a ter uma política integrada de apoio às famílias e aos indivíduos em situação de maior precaridade.

O rendimento mínimo será indispensável, mas não vai ser suficiente. No caso do abano de família igual.

(...)

Esta é uma situação sem precedentes, e por isso com contornos que não são fáceis de antever. Acha que tal como aconteceu com outras crises, não poderemos correr o risco de os mais ricos ficarem mais ricos?

Nesta como em todas as crises, e a experiência é quase unânime, há quem consiga ganhar com as crises. Mesmo quando os efeitos atingem grande parte da população atingem mais uns do que outros. Vamos ter um aumento das desigualdades, e para

que isso seja reduzido é necessário que o Governo atue, nesse sentido, para limitar as pessoas que se tentam aproveitar da crise para enriquecer.

Temos conhecimento de casos em que a especulação do preço de bens ligados por exemplo à saúde, revelam comportamentos eticamente condenáveis e que devem ser legalmente punidos.

O que podemos ler, neste mês, sobre a reação à crise e à pandemia, se é verdade que grande parte das nossas empresas têm tido um comportamento altamente responsável e têm dado um contributo efetivo para atenuar a situação, também é possível identificar desde já empresas que se estão a aproveitar disso, para acentuar os seus lucros, ou formas que senão ilícitas pelo menos eticamente condenáveis de passar os custos integrais da crise para os mais vulneráveis, nomeadamente os trabalhadores.

(...)

Que tipo de políticas podíamos estar a adotar que pudessem ser benéficas para atenuar a desigualdade?

Uma coisa são as medidas de emergência para esta situação, e a esse nível o Governo ainda que de forma insuficiente está a fazê-lo. Para isso é necessário um esforço muito grande dos serviços da Segurança Social, é necessário um diálogo muito grande e uma colaboração com as Instituições de Solidariedade Social, e outras da sociedade civil para minimizar os efeitos. O urgente é pensar em um, dois, três meses o que é que temos de fazer para ter um programa de urgência económica dirigida à economia.

Em relação à outra crise, poderia dizer que temos um Governo com uma maior sensibilidade social, mas é necessário que haja medidas concretas. Espero que as políticas que venham a ser criadas não sejam as políticas tradicionais, precisamos de políticas públicas integradas que tenham em conta a situação da pobreza, que tenham em conta as situações da saúde, que considere as questões do desemprego e da recuperação económica.

Na questão da pobreza e da exclusão social, vamos ter uma curva na exclusão social que também temos de aplanar e fazer voltar à situação inicial. Esta recuperação não vai ser rápida. Se tudo correr pelo melhor, é lícito esperar que a partir do terceiro trimestre deste ano, a economia possa voltar a funcionar e a recuperar. Mas não o vai fazer certamente à mesma velocidade em todos os setores, há alguns que vão ter uma recuperação mais lenta. Basta pensar no turismo. Aí temos de ter muita atenção na medida em que essas diferentes velocidades não permitam perpetuar e acentuar alguma desigualdade.

Muitos têm dito que o teletrabalho ir-se-á aprofundar. Que impacto terá sobre o trabalho e sobre as desigualdades no acesso?

As novas formas de encarar o trabalho já vinham de trás. Esta crise também aqui ter um efeito de aceleração. Nunca se pensou que ele podia ser feito a uma velocidade tão grande e também com alguma capacidade de adaptação. Mas isso será possível em alguns setores, mas não será possível em outros. É preciso um cuidado particular em relação aos setores que ficam para trás. Todas as revoluções tecnológicas e alterações no funcionamento do emprego têm consequências, há setores com tendência para desaparecer, outros a reforçar-se.

É expectável que as regiões interiores mais abandonadas fiquem ainda mais abandonadas?

É ainda cedo para o dizer. Esta crise tem uma particularidade que é deixar a capacidade produtiva quase inalterada, mas depende do cuidado que viermos a ter na recuperação que é necessária.

Agora é evidente que nas zonas interiores em que os níveis de pobreza são tradicionalmente maiores do que nas grandes cidades, são sempre regiões muito vulneráveis, seja em termos de rendimentos, mas também em termos de acesso a bens e serviços. A isso junta-se o isolamento das pessoas que lá vivem e dos idosos. Portanto, também aí é preciso ter alguma atenção. Hoje estamos a falar de isolamento

social, mas para muitas das famílias do interior do país é o acentuar de um isolamento pré-existente.

Fonte: Rádio Renascença

O VERÃO PODE DIMINUIR A FORÇA DO NOVO CORONAVÍRUS?

Muitas foram já as comparações do novo coronavírus à gripe. A sua possível sazonalidade é um dos argumentos de especialistas de saúde e epidemiologistas que antevêem um fim da crise nos próximos tempos: a hipótese de que o surto, que se tornou pandemia, vá desvanecer no verão com o calor.

O assunto foi trazido à mesa pelo presidente norte-americano, Donald Trump, que, em meados de fevereiro, afirmou que o vírus iria desaparecer "milagrosamente" em abril quando as temperaturas subissem. Quase dois meses depois, a Covid-19 está em força nos EUA, que têm já mais de 400 mil casos confirmados e quase 15 mil mortos registados.

Mas o que é habitual em doenças virais, pode não o ser com novo coronavírus. Num relatório enviado pela Academia Nacional de Ciências, Engenharia e Medicina dos EUA à Casa Branca, é feito o aviso: o melhor é não alimentar esperanças.

Após a análise de vários estudos, nenhuma prova foi encontrada sobre a influência da variação de humidade e temperatura na evolução da Covid-19 no mundo. A pandemia pode mostrar-se menos devido às medidas de isolamento aplicadas por todos os países mas, mal estas sejam desfeitas, os efeitos poderão ser os mesmos.

O briefing de apenas nove páginas, enviado ao Departamento de Ciência e Tecnologia de Donald Trump, aponta que alguns estudos consultados referem uma propagação maior da doença em temperaturas frias e amenas - com aumentos de tempos de reprodução até ao dobro em temperaturas de 26.5°C - mas nenhum é conclusivo ou com uma amostra cientificamente grande para confirmar os dados.

O que torna difícil responder a esta questão? Ora, a pandemia iniciou-se durante a temporada de inverno a altas latitudes, o que torna difícil distinguir diferenças com alguma região geográfica numa diferente estação.

O mesmo relatório aponta também para a história, indicando que, dos 10 surtos de influenza nos últimos 250 anos, dois deles iniciaram-se no inverno do hemisfério norte, três na primavera, dois no verão e três no outono. A correlação? Todos tiveram um segundo pico, aproximadamente seis meses após a emergência do vírus na população humana - independentemente da temperatura e da humidade da estação.

Ao New York Times, o médico David Relman, especialista em interações entre humanos e microbianos, refere que o mais importante para definir o sucesso do combate contra a pandemia será o comportamento humano e não factores exteriores. "Se um humano espirrar ou tossir vírus suficiente perto de uma pessoa de um grupo de risco, a temperatura e a humidade não vão ter grande papel."

O mesmo relatório enviado à Casa Branca refere também que, dado alguns países estarem atualmente a conhecer grandes crescimentos de casos em climas de verão, como a Austrália e o Irão, "um decréscimo de casos em humidade e temperaturas elevadas não pode ser assumido".

Fonte: Revista Sábado